



Conflitos e negociações nos confins da América

o protagonismo guaicuru no Paraguai colonial em fins do século XVI



Vitor Schulz de Almeida

Universidade Federal da Integração

Latino-Americana (UNILA)

pabloserranobasterra@hotmail.es



Tiago Bonato

Universidade Federal da Integração

Latino-Americana (UNILA)

tiago.bonato@unila.edu.br

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar o documento intitulado “Proceso de oficio de la Real Justicia a varios indios por asaltos y crímenes cometidos a los vecinos encomenderos en el pueblo de Curucaen”, produzido no ano de 1592 e conservado no Archivo Nacional de Asunción. Apesar do título, trata-se na verdade de um processo crime movido pela Real Justiça contra os encomenderos, que após terem os indígenas de suas encomiendas atacados por indígenas guaicurus, não tomaram as devidas providências perante a Coroa. A análise da fonte se dá através da chave de leitura do protagonismo indígena, buscando entender quais táticas eram utilizadas pelos guaicurus em suas relações com a sociedade espanhola em Assunção. Ao fim, o artigo possibilita compreender a complexidade do mundo colonial para além da dicotomia existente entre europeus e indígenas, explicitando as diferentes relações sociais que os sujeitos históricos exerciam entre si.

Palavras-chave:

Paraguay colonial;
Agência Indígena;
Guaicurus; Táticas e
Estratégias.

Resumen

El presente artículo tiene por finalidad examinar el documento titulado “Proceso de oficio de la Real Justicia a varios indios por asaltos y crímenes cometidos a los vecinos encomenderos en el pueblo de Curucaen”, elaborado en el año 1592 y actualmente conservado en el Archivo Nacional de Asunción. A pesar del enunciado del título, se trata, en realidad, de un proceso criminal instruido por la Real Justicia contra los propios encomenderos, quienes, tras los ataques perpetrados por indígenas guaycurúes a los indígenas bajo su tutela en las encomiendas, omitieron adoptar las medidas exigidas por la Corona. El análisis de esta fuente se realiza a partir del enfoque del protagonismo indígena, con el propósito de identificar las tácticas desplegadas por los guaycurúes en su interacción con la sociedad colonial española asentada en Asunción. En última instancia, el estudio permite una comprensión más matizada de la complejidad del mundo colonial, trascendiendo la dicotomía simplista entre europeos e indígenas, y poniendo de relieve las múltiples y heterogéneas relaciones sociales establecidas entre los distintos actores históricos.

Palabras Clave:

Paraguay colonial;
Agencia Indígena;
Guaycurúes; Tácticas
y Estrategias.

1. Introdução

Em 1º de setembro de 1592 o tenente de governador da cidade de Assunção, Hernandarias de Saavedra abriu um processo para averiguar fatos acontecidos três anos antes, em 1589.





O processo chama atenção pelos acusados: dez vecinos e encomenderos da cidade, processados por não terem feito nenhuma diligência, nem tomado providências a fim de proteger seus indígenas encomendados. Segundo todos os depoimentos, era público e notório na cidade que três anos antes o pueblo de Cururucaen, situado rio acima, havia sido atacado durante a madrugada por indígenas guaicurus e guatatás. O ataque deixou um rastro de destruição: cerca de 130 corpos foram encontrados nas proximidades do pueblo; vários indígenas feridos escondidos nos “montes”; gado e cavalos roubados; e um número significativo de indígenas levados como prisioneiros no ataque. Nos meses que se seguiram ao ataque, os guaicurus e guatatás levaram os indígenas capturados no pueblo para a cidade de Assunção, a fim de vendê-los aos seus próprios encomenderos. Das várias narrativas construídas pelos acusados a fim de se defender das acusações, uma é particularmente interessante: vários dos encomenderos interrogados afirmaram que não acionaram a Real Justiça para averiguar e punir o ataque porque o então governador, capitão Alonso Vera e Aragón, “favorecia mucho a los dichos guaicurus”, que inclusive frequentavam sua casa. Eram os guaicurus “encomendados en don Juan Alonso de Zarate, hijo del adelantado Juan de Torres de Vera” - e primo do governador. Os depoentes temiam, portanto, que nada fosse feito em relação aos danos causados pelos ditos guaicurus às suas encomiendas.

Dentre as várias questões suscitadas pelo processo, o presente artigo pretende seguir as pistas sobre o protagonismo guaicuru nas relações envolvendo encomenderos, Coroa e demais grupos indígenas nas franjas do Império espanhol na virada dos séculos XVI e XVII. Parte-se de um duplo entendimento em relação aos povos indígenas durante o primeiro século de colonização da América: em primeiro lugar, e a despeito de relações de poder desiguais à medida em que a colonização foi se consolidando, é preciso entender as ações indígenas não apenas como reação aos movimentos espanhóis. Se trata de populações com diferentes tradições guerreiras e uma vasta história de enfrentamentos a alianças com grupos rivais. Já sabemos que no curso das primeiras décadas de conquista da América meridional, foram muitas as tentativas e maneiras de colonizar, de modo que boa parte das populações indígenas não foram conquistadas imediatamente. Portanto, mais do que resistir - agir em reação a uma ação primeira - muitas populações seguiram com suas variadas formas de se relacionar com o outro, nesse caso, europeu. A concepção de resistência indígena carrega em si a ideia do indígena como objeto de dominação, capaz apenas de resistir, como espectador de seu destino traçado pelos europeus (Gerardo, 2021). Entretanto, esse método eurocêntrico e colonialista de se pensar a ciência histórica vêm perdendo espaço com o avanço das discussões acerca da agência indígena. O conceito tem por objetivo analisar os povos indígenas como sujeitos históricos, capazes de se





articular em razão de sua sobrevivência como etnia ou em benefício próprio, sendo assim agentes diretos de seu destino e não alheios às vontades dos europeus colonizadores (Gerardo, 2021).

Em segundo lugar, desde o final do século passado a historiografia vem frisando a complexidade do mundo indígena colonial e sua relação com os impérios ibéricos na América. Se o mundo indígena americano é heterogêneo, variado - reduzido a uma homogeneidade apenas no termo utilizado para se referir a ele por uma historiografia tradicional -, não condiz com a realidade histórica uma visão dicotômica do passado, que coloca frente a frente indígenas e europeus. Ao entender e admitir a heterogeneidade dos grupos indígenas, somos forçados a compreender suas diferentes formas de travar contato com os invasores europeus, seja através do enfrentamento ou de alianças.

Seguimos aqui, portanto, o vasto movimento de expansão que o campo da história indígena vem apresentando nas últimas décadas. Como se sabe, durante muito tempo a história dos povos indígenas no período colonial foi obliterada pela historiografia brasileira. Se os estudos da arqueologia se preocupavam com as tradições indígenas anteriores à invasão europeia dos séculos XV e XVI, os estudos antropológicos se concentravam nos mais variados processos de etnogêneses e permanências culturais das populações indígenas do presente. Enquanto isso, na história, a lacuna era justificada por uma suposta falta de fontes que permitisse o estudo das populações indígenas durante a invasão, conquista e colonização das mais diversas áreas do vasto continente. No Brasil, esse panorama mudou na última década do século XX, a partir da publicação de livros e coletâneas amplamente conhecidos, que buscaram inserir os indígenas do período dito colonial como objetos de estudo da história (Cunha, 1992; Monteiro, 1994; Almeida, 2010; Cavalcanti, 2011).

Ainda sobre as escolhas teóricas e metodológicas, discutimos a questão das ações guaicurus em relação aos espanhóis de Assunção enquanto táticas. O uso do termo remete à conhecida discussão feita por Michel de Certeau na década de 1970, que inverte, em alguma medida, o uso do termo estratégias, adotado por boa parte da historiografia que se dedica a estudar a história à contrapelo das populações subalternas americanas. Certeau chama de estratégia “o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado”. A estratégica pressupõe um “lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de





de alvos ou ameaças (os clientes, os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade. os objetivos e objetos de pesquisa etc)” (Certeau, 2008, p. 99). Já a tática seria a “ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio”. Ela não tem lugar “senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha”. É um movimento no campo de visão do inimigo, “e no espaço por ele controlado”. Por não poder traçar um projeto global, ela “aproveita as ocasiões e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva” (Certeau, 2008, p. 100). O par de conceitos foi concebido para tratar de questões distantes do presente artigo, no tempo e no espaço. Entretanto, nos parece que sua riqueza teórica, bem como a sutileza de seus desdobramentos autorizam o uso em diferentes objetos de pesquisa. Além disso, as relações entre o velho e o novo mundo não estavam ausentes do horizonte teórico de Certeau. O autor dedicou os últimos anos de sua vida desenvolvendo um aparato conceitual que desse conta da relação com o outro, chamado por ele de heterologia. Último objeto de reflexão do autor, a heterologia aprofunda questões presentes em outras obras, notadamente no capítulo dedicado a viagem de Jean de Léry, no livro *A escrita da História*. Para Luce Giard, o texto sobre Léry é a peça essencial na estrutura do livro, já que trata da apreensão do outro, nesse caso, dos indígenas americanos, fenômeno denominado por Certeau de heterologia ou hermenêutica do outro (Giard, 1991, p. 212).

Por fim, uma última ressalva dessas notas introdutórias. Fica o convite à leitora e ao leitor para que façam o exercício, no mais das vezes difícil, de localizar as ações indígenas no tempo em que aconteceram. Isso evita um problema muito comum aos estudos dos primeiros séculos de colonização, que consiste em avaliar e entender as ações dos grupos indígenas do século XVI como se eles pudessem saber o que aconteceria posteriormente na história. O passado foi vivido sempre como presente.

2. Paraguay, encomendas e o mundo colonial espanhol

Desde os princípios da conquista espanhola, a administração do continente recém invadido se mostrou um desafio. Seja pelas dificuldades em se administrar um império com comunicação de longa distância entre Madri e as Índias (Olarte, 2013). seja pelas forças centrífugas das monarquias ibéricas compósitas (Hespanha, 2001), ou pelo simples fato de que a América





recém-descoberta não era um espaço em branco em que se poderia reorganizar conforme às vontades da Coroa, mas se tratava de um imenso território composto por inúmeras sociedades tão complexas quanto as do velho continente. Dentro desse panorama, os europeus recém-chegados somavam uma em meio às milhares de vontades que constituíam o Novo Mundo.

Durante todo o século XVI e início do XVII, o território do atual Paraguai fazia parte da Província do Rio da Prata e do Paraguai, que por sua vez compunha uma imensa unidade administrativa, o vice-reino do Peru - uma das mais vastas e trabalhosas que o homem já vira diante de si, segundo Charles Boxer (Boxer, 1973, p.84). Todo o território espanhol no continente sul-americano fazia parte do vice-reino, com exceção do Brasil e das Guianas. Do ponto de vista jurídico o Paraguay respondia à audiência de Charcas, fundada em 1561 e responsável pelas regiões do Alto Peru, de Tucumán, do Paraguai e do Rio da Prata (Canabrava, 1956, p.84). Além disso, o território coincidia com a vasta província missioneira da Companhia de Jesus, chamada justamente de Província do Paraguay (que ainda abarcava, inicialmente, partes das atuais Argentina, Uruguai, Brasil, Bolívia e Chile).

A região, ricamente irrigada por rios, era também fronteira, mais ou menos definida, entre os territórios portugueses e espanhóis na América meridional. Todas essas características tornam esse território um profícuo objeto de estudo no que diz respeito à complexidade da conquista europeia do novo mundo. A historiografia há décadas enfatiza discussões que demonstram essa complexidade. Novas interpretações da chamada conquista do México já são consenso historiográfico, mostrando um intrincado jogo de alianças e enfrentamento entre diferentes etnias e diferentes grupos espanhóis, com ênfase no papel decisivo dos primeiros (Restall, 2006; Santos, 2014).

A participação dos nativos aliados dos espanhóis nas campanhas seguintes à invasão, a curto prazo, frequente era a exploração da presença espanhola para defesa de seus interesses na região. Um ótimo exemplo é a participação dos guerreiros nauas nas campanhas incursionistas que ajudaram a criar o vice-reino da Nova-Espanha. Apesar de ter resultado, a longo prazo, na disseminação do poderio espanhol, essas campanhas muito se assemelham a uma continuação do expansionismo asteca, que já se manifestava desde um século antes da chegada dos europeus (Restall, 2006. p. 212).

A conquista dos territórios meridionais na América, notadamente da bacia platina, pode ser interpretada da mesma forma, seja a partir de um novo olhar às fronteiras, que conectam mais do que separam (Herzog, 2015; Langful, 2014; Vilardaga e Sposito, 2018); a partir da





investigação das dinâmicas próprias entre territórios antes considerados como periféricos em seus impérios, como é o caso de Assunção e São Paulo (Vilardaga, 2019; Bonato, 2018) e, principalmente, a partir de novas interpretações sobre a história indígena da região.

Além das etnias indígenas estabelecidas nas regiões invadidas pelos espanhóis, há também que se considerar as diferentes vontades dentro dos grupos de europeus colonizadores. Apesar de todos serem súditos da mesma Coroa, os espanhóis protagonizaram suas próprias disputas de poder: governadores, encomenderos, padres, conquistadores, colonos, oidores, todos esses atores sociais estavam inseridos no mesmo contexto colonial e subjugados à mesma subordinação. Mas isso não significa que estivessem em harmonia pela mesma causa. De acordo com Elliott:

deve ser atribuído sobretudo ao caráter de um sistema que foi por demais vitorioso em sua determinação quase obsessiva de impedir a excessiva concentração de poder num único ponto. Não havia nenhuma necessidade de desafiar o poder real diretamente quando se podia arquitetar com sucesso um desafio indireto mediante o aproveitamento das fraquezas de um sistema no qual o poder estava tão cuidadosamente disperso (Elliott, 1998. p. 288).

O poder distribuído dessa forma fazia com que cada agente de autoridade pudesse supervisionar as demais. Entretanto, essa mesma dispersão deixou brechas entre as esferas burocráticas, o que permitiu uma série de manobras que adaptaram as leis escritas e sancionadas em Madri para a realidade colonial da América (Elliott, 1998. p. 288). Segundo Elliot, o caráter fragmentado da autoridade era “uma das mais notáveis características da América espanhola”. De acordo com o autor, externamente o poder real era absoluto, entretanto a grande quantidade de ordens emitidas pelo conselho das Índias não necessariamente chegava nas Américas:

Mas na prática havia tanta manobra pelo poder entre os diferentes grupos – entre os vice-reis e as audiências, entre os vice-reis e os bispos, entre o clero secular e o regular, e entre os governadores e os governados – que as leis inoportunas, embora olhadas com deferência devido à fonte que emanavam, não eram obedecidas, enquanto a própria autoridade era filtrada, mediada e dispersada. A presença do Estado, portanto, apesar de permear tudo, não comandava tudo. As certezas de Madri eram dissolvidas nas ambiguidades da América (Elliott, 1998. p. 299).

Fundada às margens do rio Paraguai no ano de 1537, Asunción estava inserida dentro das dinâmicas políticas e de poder entre os diferentes grupos espanhóis e as muitas etnias indígenas que viviam nas cercanias da cidade. De fato, a fundação de Assunção foi possível graças a uma aliança entre os castelhanos e os grupos guaranis, depois de algumas tentativas frustradas de estabelecimentos de fortificações espanholas ao longo do rio da Prata. As alianças entre etnias indígenas e europeus eram imprescindíveis para a sobrevivência dos colonizadores no





novo território, seja pela incapacidade de locomoção, alimentação ou até mesmo de defesa. Os europeus recém-chegados eram dependentes dos guias nativos que conheciam o território, pois sem eles, pouco adentrariam o continente, se é que sobreviveriam tempo o suficiente para isso após o desembarque. O estudo das relações coloniais entre indígenas e europeus indicam alianças, o que, como citado, é bastante discutido pela historiografia acerca da conquista da região do México. Entretanto, a aliança entre espanhóis e guaranis foi igualmente fundamental para a colonização da Bacia Platina.

Longe das minas de prata do México e do Peru, sua consolidação foi muito impulsionada pelo sistema de encomiendas, uma mercê da Coroa espanhola cedida aos conquistadores como retribuição pelos serviços prestados. Essa forma de exploração da mão de obra indígena esteve presente em todo território da América hispânica, guardadas as diferenças regionais. Grosso modo, a partir dessas mercês, os encomenderos tinham uma concessão Real para a cobrança de tributos dos indígenas subjugados. Em sua grande maioria, esses tributos eram cobrados em forma de exploração da mão de obra indígena.

Entretanto, a tributação também poderia ser cobrada em forma de moeda ou produtos nativos. Em contrapartida, os encomenderos tinham o dever de catequizar e proteger os indígenas encomendados (Inocêncio, 2022. p. 31-32). No Velho Mundo, a bula papal de 1537 proibiu a escravização dos indígenas e reconhecia sua plena liberdade. Entretanto, nos territórios conquistados os indígenas não deixaram de ter sua força de trabalho explorada e serem vítimas de maus tratos dentro das encomiendas. (Inocêncio, 2022. p. 15). Levando em conta o recorte territorial do que hoje é o Paraguai, a realidade das encomiendas era que a maioria dos indígenas eram guaranis, que tinham sua mão de obra utilizada na extração da erva-mate, nativa dessa região (Inocêncio, 2022. p. 40). Apesar de somarem a maioria dos indígenas encomendados, os guaranis eram tidos como vassalos do rei e, portanto, aliados dos espanhóis (Inocêncio, 2022. p. 24).

De qualquer maneira, as populações guaranis do Paraguai buscaram alianças com os castelhanos para tentar defender os seus interesses - e dessa forma, acabaram por definir e nomear quais grupos indígenas seriam amigos ou inimigos dos espanhóis. Uma das táticas traçadas foi a de induzir os espanhóis a organizarem expedições em territórios de etnias inimigas, como no caso dos guaicurus, inimigos seculares dos guaranis. Segundo Branislava Susnik:

El guarani era considerado “amigo” de españoles; este primer status político de amistad se negaba a los chaqueños y a otras tribus en el área de las travesías hacia El Dorado; estas tribus no eran más que “esclaverías”, generaciones rebeldes, hos-





tiles y potencialmente traicioneras; desde los comienzos de la conquista, la orilla occidental del R. Paraguay era la frontera “de los enemigos”, perpetuándose así la vieja pauta guaraní precolombina. (Susnik, 1971. p.9).

3. Os guerreiros guaicurus

O termo guaicuru, apesar de bastante utilizado pela historiografia, resulta de uma grande confusão das nomenclaturas antigas. Conhecidos assim pelos guaranis, foram apresentados aos espanhóis sob esse mesmo nome, o que pouco condiz com a identificação étnica desse povo. “guaicuru” é um apelativo pejorativo que advém do guaraní, e foi utilizado para se referir aos indígenas inimigos que habitavam a margem ocidental do rio Paraguai, entre os rios Pilcomayo e Yabebiri, fazendo pouca – ou nenhuma – distinção entre os diferentes grupos que ali existiam (Herberts, 1998. p. 41). De acordo com Boggiani, “Guá es partícula que lleva consigo el significado de gente, habitante, nativo; Aí quiere decir malvado, malo, falso, traidor; Curú significa sarna, suciedad de la piel, y, por consiguiente icurú - sarnoso, sucio. De todo lo cual deriva: Guá-ai-icurú o sea, gente malvada y sucia” (Boggiani, 1898. p. 112).

Nos primeiros anos da conquista, o termo guaicuru foi utilizado de maneira indistinta para se referir aos diferentes grupamentos indígenas que habitavam o território do Chaco (Susnik, 1971. p. 12). Além de habitarem o mesmo território, esses povos fazem parte do que hoje chamamos de família linguística Gwaikuru, e tinham semelhanças entre seus idiomas, seu ethos belicoso, alguma similaridade cultural, estruturas sociais parecidas e a adoção da equitação. São esses: Abipones, Mocovies, Tobas, Pilagás, Paiaguás, Mbayás e Guasarapos (Susnik, 1971. p. 18). Esses diferentes grupos chaqueños costumavam fazer expedições em territórios guaranis em época de colheita. Além disso, frequentemente eram aliados em expedições guerreiras contra os colonizadores da bacia platina (Susnik, 1971. p. 12).

Ao norte do rio Paraguai, havia também os que os guaranis chamavam de Mbayás, o que acabou por criar uma diferenciação entre os guaicurus do sul, vizinhos – e inimigos – de Asunción, e os Mbayá do norte. Uma das hipóteses que explica a divisão ocorrida dentre os guaicurus, é a de uma migração anterior a conquista, cruzando o rio Pilcomayo, e adentrando o Chaco Boreal, onde teriam se dividido os que ocupariam os territórios ao sul – guaicurus – e os que habitariam o norte – Mbayás. Essa subdivisão, naturalmente, ocasionou particularidades culturais, uma vez que suas relações étnicas foram diferentes. Entretanto, os diferentes grupos compreendiam fazer parte da mesma etnia (Herberts, 1998. p. 43).





Segundo Susnik, os indígenas guaicurús tinham, em seu mito de criação, a justificativa para suas relações violentas com outras etnias: Caracará, após criar o mundo, tirou os povos de um buraco e a cada um presenteou com um item: uns ganharam enxadas e viraram agricultores, outros viraram artesãos etc. Para os guaicurús, últimos a saírem do buraco, não restou nada, e assim foram habilitados a tomar posse violentamente dos meios de subsistência de outros povos (Susnik, 1978. p. 79).

O primeiro registro conhecido dos guaicura data de 1542, quando o governador Alvarez Nuñez Cabeza de Vaca chegou à cidade de Asunción. Segundo consta no relato feito por Pedro Hernandez, os guaranis queixam-se perante o governador de que havia indígenas valentes e guerreiros que habitavam a outra margem do rio Paraguai, que assaltavam suas plantações em tempos de colheita, roubavam suas caças, e viviam às custas do que produziam os guaranis vassalos da Coroa. Por esse motivo pediam ao governador que se fizesse guerra contra os guaicurús. Para manter a paz com os guaranis, o governador acatou o pedido, organizando uma expedição a partir de Assunção, com duzentos arcabuzeiros e balisteiros e mais doze a cavalo, que se juntaram com grupos de guaranis para guerrear contra seus inimigos, totalizando um batalhão de dez mil homens (Cabeza de Vaca, 1987. p. 150-155).

Ainda segundo os escritos do governador, apesar de cercados, os aproximadamente quatro mil guerreiros guaicurús lutaram bravamente, fazendo com que muitos guaranis fugissem dali por medo de seus inimigos já conhecidos. Entretanto, ao se depararem pela primeira vez com cavalos, ficaram espantados, e fugiram por medo das bestas (Cabeza de Vaca, 1987. p.158). Dias depois dos ataques, segundo relato de Cabeza de Vaca, alguns guaicurús vieram a Asunción prestar sua obediência aos espanhóis, pois em toda sua história, jamais outro povo havia os derrotado, exceto os espanhóis.

Entretanto, a subordinação não se estendia aos guaranis, pois estes jamais haviam derrotado os guaicura. Após esse momento, de oito em oito dias os guaicurús iam a Asunción carregados de carne de veado, porco, pescado, couros e mantas, e realizavam trocas com espanhóis e guaranis, que forneciam milho, mandioca, frutas e arcos e flechas. Essas negociações podiam levar até dois dias e envolver quase duzentas canoas atravessando o rio Paraguai com os produtos trocados (Cabeza de Vaca, 1987. p. 163-165).

Na mesma década, em 1548, os guaicurús são citados por outro famoso cronista platino, Ulrich Schmidel. O soldado fez parte de uma expedição que também partiu de Asunción, mas desta vez em busca de ouro e prata. Segundo ele, o governador Irala levou consigo a força de trezentos espanhóis, cento e trinta cavalos e três mil guaranis (Schmdel, 2017. p. 196). Após nove dias, a expedição espanhola se encontrou com os indígenas Mbayás, os quais lhe oferecem



– supostamente com segundas intenções – abrigo para a noite e suprimentos. Entretanto, no outro dia pela manhã, foram surpreendidos por vinte mil guerreiros desse povo - que não foram páreos para os cavalos e arcabuzes castelhanos, resultando na perda de mil homens indígenas. Os que sobraram bateram em retirada, seguidos por uma perseguição de três dias e duas noites até que se encontrassem novamente com os indígenas Mbayás. Entre homens, mulheres e crianças, cerca de três mil indígenas foram mortos ou cativados pela expedição espanhola. Posteriormente, os espanhóis foram levados até os Chanés, que são retratados como “vasallos o súbditos” dos Mbayás (Schmdel, 2017. p. 197-199).

Os relatos citados, de Schmídel e Cabeza de Vaca, são alguns dos primeiros registros da etnia guaicura, provenientes da década seguinte à fundação da cidade de Asunción. Nessas fontes, é possível atestar a fala de Restall sobre como os indígenas aproveitavam a presença espanhola para realizar movimentações militares que visavam atender pautas anteriores à chegada dos conquistadores (Restall, 2006. p. 213). Ótimos exemplos são as movimentações militares dos guarani junto dos – poucos – espanhóis contra os guaicurus, e posteriormente dos Mbayá. Além das movimentações militares, também é evidente a preocupação espanhola em “manter a paz” com os guarani, pois em épocas em que o acesso à cidade espanhola era muito difícil, e a principal rota via Rio de la Plata estava impossibilitada devido ao despovoamento de porto – e cidade – de Buenos Aires, a sobrevivência da cidade de Asunción dependia diretamente desses nativos. Ademais, podemos perceber nas fontes acima a presença de alguns elementos culturais importantes na etnia guaicura, como a sua tradição de indígenas guerreiros – muito enfatizada nos dois relatos – e o modo com que se relacionavam com outras etnias indígenas.

Desde o primeiro contato, as relações com os espanhóis foram de violência, como evidenciam as fontes anteriores. A paz selada entre os guaicura e o governador de Asunción pouco prevaleceu, à medida que os indígenas continuaram atacando os campos guaranis e passaram também a atacar as primeiras estâncias criollas e a cidade de Asunción. A partir da relação comercial estabelecida com Asunción – e de seus constantes saques – os guaicurus puderam adquirir os novos elementos culturais europeus que ofereceram um novo poderio bélico para esse povo, como o metal para a ponta das flechas, facas e sobretudo o cavalo europeu (Herberts, 1998. p. 45). De maneira geral, os guaicurus reproduziam com os espanhóis as hostilidades com que se relacionavam com outros povos desde muito antes da conquista, exceto que agora possuíam recursos bélicos que os capacitou a melhores resultados em suas incursões.



4. O ataque ao Pueblo de Cururucaen

A partir da análise do processo criminal “Proceso de oficio de la Real Justicia a varios indios por asaltos y crímenes cometidos a los vecinos encomenderos en el pueblo de Curucaen”, foi possível compreender melhor as estratégias adotadas pelos guaicurus frente à colonização europeia. O documento foi produzido no ano de 1592 e está conservado no Archivo Nacional de Asunción. Após a análise do documento transcrito, foi possível constatar que se trata na verdade de um processo crime movido pela Real Justiça contra alguns encomenderos, que após terem os indígenas de suas encomiendas atacados por indígenas guaicurus, não tomaram as devidas providências perante a Coroa.

Como dito, o processo foi produzido no ano de 1592, entretanto os fatos narrados no documento ocorreram três anos antes, em 1589: um ataque de indígenas guaicurus e guatatas ao pueblo de Curucaen, provocando mortes e capturas de indígenas encomendados. De acordo com o início do processo, “*es publico y notorio en esta ciudad que los yndios guaicurus y guatas abra tres años poco mas o menos que [ileg] y asolaron el pueblo de yndios que estava en cururucaen y mataron muchos yndios y indias y criaturas y cautivaron muchos dellos*”. Depois disso, os guaicurus foram até a cidade de Asunción vender os indígenas capturados - as piezas - aos próprios encomenderos. Esses, que tinham por obrigação garantir a segurança dos indígenas encomendados, não tomaram as providências necessárias perante a justiça, e, portanto:

an yncurrido en graves penas y de castigo por no aver acudido a la obligacion que tienen de volver por sus yndios”. Caberia a Real Justiça a investigação, a fim de “castigarles por la remision y descuido que an tenido para que otros rreciuan exemplo y no se descuiden en cosa q tanto su magestad les encarga” (Proceso de Oficio, 1592, folha 1f)

Para além da dicotomia entre europeus e indígenas, a abertura do processo deixa clara a ação de diversos sujeitos inseridos no mundo colonial. A partir desse cenário – em que encomenderos espanhóis são processados pelo governador de Assunção por não terem protegido os indígenas guaranis de suas encomiendas dos ataques de indígenas guaicurus – podemos contemplar um panorama em que tanto colonizadores quanto nativos não representam apenas duas frentes distintas, mas uma multiplicidade de interesses que refletem a complexidade estabelecida no mundo colonial. A leitura do documento através da chave do protagonismo indígena nos permite identificar ao menos quatro táticas utilizadas pelos guaicurus em relação à invasão e fixação dos espanhóis às margens do rio Paraguai: o enfrentamento aberto - aos espanhóis e



aos seus aliados indígenas; o uso dos cavalos; o comércio; e uma improvável aliança com o governador de Assunção.

A aproximação dos guaranis com espanhóis representava certamente não era bem-vista pelos guaicurus. Os inimigos de longa data agora acompanhavam os invasores em expedições guerreiras Chaco adentro. Além de colocar em risco a sobrevivência dos guaicura, essa aliança poderia ser percebida como um fator que afetaria todo o equilíbrio entre os povos indígenas da região (Susnik 1971. p. 9). O ataque aos indígenas encomendados pode ser lido, portanto, com uma dupla finalidade: contra espanhóis e contra guaranis. Miguel Carrera, um dos vecinos da cidade de Asunción, foi ouvido como testemunha dos ataques ao pueblo de Cururucaen. Em seu depoimento, ele comenta sobre dois indígenas de sua encomienda que escaparam por pouco do ataque, além de dar maiores detalhes sobre o ocorrido:

los dichos yndios por yr al camino por el dicho pueblo de cururucaen dormieron por la noche que vieron los dichos guaicurus y guatatas en lo dicho pueblo y que estos dos yndios se escaparon y fueron a dar aviso a este testigo y que luego otro dia fue el testigo y Juan con hasta quarenta yndios a ver lo que esta y que hallaron el dicho pueblo todo quemado y que vil y conto el testigo ciento y treinta y siete cuerpos muertos [...] avian huido dezian los yndios que avian muchos cuerpos muertos y que salieron algunos yndios de los montes heridos y maltratados (Proceso de Oficio, 1592, folha 3f).

Ao analisar este depoimento, podemos obter algumas informações importantes sobre a forma com que os guaicurus realizaram o ataque: durante a noite, mataram um grande número de indígenas, incineraram seus corpos e queimaram as casas. Além disso, na sequência do depoimento descobrimos que muitos indígenas foram capturados pelos guaicurus. Eles foram posteriormente levados a Assunção: “*avian traydo los dichos guaicurus piezas a vender de las que avian cautivado del dicho pueblo*” (Proceso de Oficio, 1592, folha 3f). Apesar das novas configurações sociais provocada pela invasores, os ataques guaicurus aos territórios guaranis já acontecia desde muito antes da chegada dos espanhóis, como parte de uma dinâmica histórica de ataques recíprocos. De acordo com Susnik, os guaicurus:

entraban en las aldeas cario-guarani de la otra orilla aprovechándose de sus cultivos, de lugares de buena caza y pesca, proveyéndose de adolescentes para exigir abundantes rescates y obteniendo también algunos scalps para adquirir el derecho “al peinado” del guerrero de prestigio o vengar la victimación antropofágica de alguno de los suyos. No se trataba de una ocupación permanente de las tierras carios, pero sí de su aprovechamiento periódico. (Susnik, 1978. p. 80)

Em fins do século XVI, período dos acontecimentos aqui analisados, os guaicurus passaram por uma grande reestruturação social causada pela adoção do cavalo europeu. A sua transformação equestre permitiu que os guaicurus experimentassem grande mobilidade, além

das vantagens encontradas em suas táticas de guerra de incursões rápidas e periódicas, a equitação se mostrou um elemento de grande integração entre as tribos seminômades caçadoras. A partir desse momento, passaram a obter maior sucesso em seus ataques, o que resultou no aumento de sua atividade guerreira de saques a povoados espanhóis e outros povos indígenas. Além disso, ocorreram também mudanças em seu padrão de subsistência a partir da implementação de técnicas de caça a cavalo, que possibilitou a ampliação de seus territórios. As vantagens bélicas experimentadas a partir da cavalaria originaram uma classe de militares líderes e guerreiros (Herberts, 1998. p. 46). Essa reorganização dos indígenas guaicuru a partir da equitação fez com que suas hostilidades com povos vizinhos – tanto indígenas quanto europeus – não fosse mais empregada como forma de subsistência, mas como sua principal atividade econômica, o que resultou numa oportunidade crescente para o acúmulo de recursos (Galvão, 1963. p. 227). A partir disso, entrevemos uma segunda tática guaicuru na relação com os espanhóis do Paraguai, a adoção do cavalo.

Se nos séculos seguintes os guaicurus serão constantemente identificados como ferozes guerreiros à cavalo, o uso das montarias europeias começou em algum momento do final do século XVI, portanto, no período dos acontecimentos aqui analisados. Em diversos momentos as testemunhas se queixam sobre roubos de cavalos em suas chácaras no entorno de Assunção. Pedro de Ribas, outro encomendero interrogado relata que é comum “*hazer los guaicurus y guatas muchos roubos e hurtos de cavallos y otros*” (Proceso Crime, 1592. folha 10f). outro depoente afirma que “*los dichos guaicurus*” tem feito “*grandes roubos y hurtos de cavallos y cometido otros delitos*” (Proceso de Oficio, 1592, folha 11f). Por fim, Diego de la Torre, outro vecino processado, afirma que “*es publico y notorio en esta ciudad q los dichos guaycurus despues q hizieron el dicho daño [ao pueblo de Cururucaen] an hecho y cometido otros muchos delitos hurtando gran suma de cavallos de los vezinos*” (Proceso de Oficio, 1592, folha 17v-18f).

O processo analisado nos permite ver que no ano de 1589 os guaicurus já tinham sob seu poder cavalos europeus, furtados de Assunção e arredores. Esse é provavelmente um dos registros mais antigos sobre essa prática. Apesar de não haver menções na fonte de que os ataques tenham ocorrido com uso do cavalo, é justo aventar que o uso bélico do cavalo tenha sido o principal motivo para a transformação equestre desse povo, e não uma consequência. Apesar de muitas menções aos roubos, apenas uma das testemunhas nos dá um panorama sobre o número de cavalos furtados. O mesmo Diego de la Torre afirma que entre os intoleráveis

males que tem feito os guaicurus aos vecinos de Assunção está o fato de “*aver hurtado y llevado mas de quinyentos o mil cavallos*” (Proceso de Oficio, 1592, folha 15f). A despeito de um provável exagero no número expressado pela testemunha, o depoimento nos leva a concluir que não se tratava de furtos ocasionais, ou ações isoladas, mas de uma tática estratégia bem-sucedida que permitia explorar o uso do animal por essa etnia, garantindo a utilização desse recurso.

A terceira tática - de certa forma a mais formal das aqui analisadas - empregada pelos guaicurus foi o estabelecimento de relações comerciais com a cidade de Asunción. Apesar de pouco presente no processo criminal analisado, as relações comerciais entre os guaicurus e os espanhóis foram de suma importância para o aproveitamento de recursos europeus por parte dos nativos. Da mesma forma com que os espanhóis dependiam dos recursos indígenas para sua sobrevivência, os guaicurus se aproveitavam disso para visitarem a cidade de Asunción em momentos de paz estabelecida e oferecer seus produtos, normalmente carnes de caça, mantas e couro. Essas visitas, entretanto, levantavam suspeitas quando ocorriam, pois, normalmente serviam para preparar um futuro ataque (Herberts, 1998. p.45). Essas dinâmicas comerciais estabelecidas permitiam aos guaicurus trocar os seus produtos por metais para a confecção de armas, lanças longas europeias e facas.

Além disso, aproveitavam para realizar trocas com os guaranis – conforme citado anteriormente no relato de Cabeza de Vaca. A fonte analisada mostra o caso específico da venda dos indígenas capturados em Cururucaen : “*es publico y notorio en esta ciudad que los dichos yndios guaicuru an traido a vender muchas piezas de las que cautivaran*” (Proceso de Oficio, 1592, folha 2f), mas é provável que desde muito cedo os guaicurus tenham entendido uma lógica velada da venda e compra de indígenas escravizados em Assunção, a despeito das leis que proibiam essa prática. Dessa forma, a venda de indígenas de outras etnias capturados como escravos aos vecinos de Assunção devia ser frequente. Essa sugestão é corroborada pela última tática aqui analisada, uma aliança bastante intrigante entre os guaicurus e o governador de Assunção à época dos acontecimentos, o capitão Alonso de Vera y Aragón.

Aragón ocupou o cargo de governador até o ano de 1592, quando seu sucessor Hernandarias de Saavedra assumiu o posto. Meses depois de ter ocupado o cargo, Hernandarias abriu processo contra os encomenderos cujos indígenas foram atacados três anos antes e que não tomaram as diligências necessárias. Os encomenderos processados foram convocados um a um para interrogatório, teceram suas defesas, mas foram condenados – com uma pena branda, é verdade, de pagar tributos para auxiliar a obra da Igreja. Quando interrogados pelo alcaide a

respeito dos motivos pelos quais não tinham tomados as diligências necessárias a fim de zelar por seus indígenas encomendados, vários vecinos indicam que o então governador Alonso de Vera y Aragón mesmo sabendo dos ataques permitiu que os guaicurus viessem a Assunção vender as piezas capturadas. Como é comum nesse tipo de documentação, as respostas são bastante semelhantes. Entretanto, algumas nuances nos permitem construir um panorama mais claro sobre essa aliança. Um dos interrogados afirma que:

vio q los dichos guaicurus vinieron a esta ciudad despues que hizieron el dicho daño en los dichos yndios y trajeron muchas piezas que avian cautivado del dicho pueblo de cururucaen a vender e [ileg] y que el capitán Alonso de Vera y Aragon que a la sazón governava les consentia a los dichos guaicurus vender las dichas piezas y mandava a sus encomenderos pagasen y diessen rescate a los dichos guaicurus por las piezas q traian (Proceso de Oficio, 1592, folha 17v)

Diego de la Torre, ao ser interrogado, também afirma que o antigo governador “favorecia mucho a los dichos guaicurus”. Além disso, sobre “piezas que traian a vender de las dichas encomiendas de cururucaen” o governador ordenava aos “vezinos y dueños dellas las pagassem a los dichos guaicurus y no queria darlas ny que se las diesen de otra manera”. Por saber disso, “no se atrevio a pedir cosa alguna contra ellos” (Proceso de Oficio, 1592, folha 9f). Já o encomendero Pedro de Ribas afirma que os guaicurus no ataque:

no dejaron a este confesante mas de hasta doze yndios de mas de quarenta que eran y que a esta ciudad trajeron hasta cinco o seis piezas de los yndios deste confesante a vender dos dichos guaicurus las quales rrescato este confesante dando como dio por ellas hasta la camisa del cuerpo porque de otra manera el capitán Alonso de Vera y Aragon que a la sazón governava no queria que las tomasen de los dichos guaicurus porque les favorecia mucho (Proceso de Oficio, 1592, folha 9v).

Mais do que apenas favorecer os guaicurus em seus negócios com indígenas escravizados, o governador, segundo as testemunhas, tinha uma relação ainda mais profundo com os indígenas chaqueños. O mesmo Pedro de Ribas afirma que não tomou nenhuma diligência a respeito “de miedo del capitán Alonso de Vera y Aragon que a la sazón teniente de governador en esta ciudad y temiendo q no le haria justicia porque favorecia mucho a los dichos yndios guaicurus”. Mesmo que fosse público e notório que mereciam “muchas penas y castigos”, o governador “no los castigava aun que los tenia en su casa” (Proceso de Oficio, 1592, folha 10f). O depoimento de Diego de la Torre, já mencionado, corrobora a afirmação de que os guaicurus frequentavam a casa do governador - e acrescenta: “los dichos guaicurus estan en

comendados en don Juan Alonso de Zarate, hijo del adelantado Juan de Torres de Vera”. Zarate era primo do governador Alonso de Vera y Aragón. Os depoimentos mostram, portanto, uma profunda ligação do governador - e da família, que estendia suas teias na alta administração colonial - com os indígenas chaqueños, tornando ambíguo o status de inimigos que essa população sempre teve na narrativa colonial.

5. Uma sociedade complexa

Michel de Certeau diferencia, como visto, as táticas das estratégias pela relação de poder entre os agentes. Para o autor, as estratégias são para quem pode planejar e utilizar o poder, o lugar, para agir. As táticas seriam o subterfúgio de quem não tem esse lugar. Ao permitir entrever as táticas guaicurus na relação com os invasores espanhóis o documento analisado, de certa forma exemplar, nos suscita muitas outras questões, misturando as peças de um jogo de xadrez nada dicotômico. A começar pelo próprio processo de invasão e ocupação da bacia platina. O processo de conquista, fixação e expansão dos territórios subjugados não foram lineares, e dependiam de inúmeros fatores que pouco diziam respeito aos espanhóis. A empresa de conquista teve muitas dificuldades logo no início, devido principalmente ao despovoamento de Buenos Aires, principal rota ao interior do continente via Rio de la Plata. Tal fato fez com que os espanhóis dependessem muito mais das alianças com os indígenas para sobreviver e se fixar, como fizeram em Assunção. A partir dali seguiram expedições de conquista e fundação de cidade nas décadas seguintes. A “conquista” espanhola, muito por conta da forma com que os conquistadores apresentavam seus feitos de forma heróica, tende a simplificar processos históricos muito mais complexos e que demandaram muito mais tempo do que nos é apresentado. De acordo com Restall, quando simplificamos como “conquista” todo o processo de invasão, exploração, ocupação e expansão, acabamos por reduzir o processo a uma narrativa teleológica da inevitável vitória hispânica (Restall, 2006. p. 128). Entretanto, até que ponto podemos atribuir o termo “conquista” da cidade de Asunción ao ano de 1537 se, já no final do século XVI, a permanência e subsistência da cidade dependia em grande medida dos indígenas ao redor?

Do ponto de vista administrativo, as coisas tampouco eram simples. Um governador se articula com indígenas tidos como inimigos para aumentar sua influência; o governador seguinte abre um processo contra os vizinhos da cidade. Não fica claro no processo - nem é escopo

desse artigo - mas é bastante provável supor que se trata de um processo visando muito mais atingir grupos rivais de uma elite colonial em formação, do que apenas diligência pela Real Justiça. O Paraguai, desde o início do processo de colonização, foi palco de grandes intrigas entre diferentes grupos de espanhóis. A complexidade das relações entre as etnias indígenas só deixa ainda mais intrincados os caminhos da colônia. Em um embate que transcende a invasão espanhola temos os guaicurus de um lado, com sua tradição guerreira, e os guaranis de outro, com suas grandes nações. No meio disso, aparecem os espanhóis, que apesar de se aliarem aos sedentários guaranis, forneceram indiretamente os recursos bélicos para que os guaicurus se tornassem os maiores inimigos da cidade de Asunción. Inseridos nesse grande panorama, surgem os atores sociais que protagonizam suas próprias histórias e nos deixam perguntas: um governador espanhol que se articula com indígenas inimigos - pela falta de apoio espanhol?; guaicurus que encontram nos recursos europeus maior poderio frente aos próprios - que miríade de etnias se esconde sob esse rótulo?; guaranis que aproveitam a presença espanhola para defender seus interesses locais; o governador que processa encomenderos por não terem cuidado de seus indígenas - que ataca grupos inimigos e tem ao seu lado a Coroa? Fica perceptível como a trama das vontades dos sujeitos históricos esteve sempre em pauta, visto que a simplificação do processo como se tratasse apenas de uma disputa de espanhóis contra indígenas em nada explica – ou contribui – a dimensão das complexas relações sociais presentes no mundo colonial. Por fim, fica ainda a dúvida, teórica e ao mesmo tempo absolutamente enraizada ao rés do chão americano: de quem eram as táticas e de quem eram as estratégias na complexa sociedade do século XVI?

REFERENCIAS

BOGGIANI, Guido. Etnografía del Alto Paraguay. **Boletín del Instituto Geográfico Argentino**, Buenos Aires, v. 18, p. 3-15, 1898.

BOXER, Charles. **Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

CABEZA DE VACA, Alvar Nunes. **Naufrágios e comentários**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

CANABRAVA, Alice Piffer. **O comércio português no Rio da Prata: 1580-1640**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

CANDELA, Guillaume. Reflexiones de clérigos y frailes sobre las deportaciones indígenas en la conquista del Paraguay entre 1542 y 1575. **Chungará (Arica)**, v. 50, n. 2, p. 331-339, 2018.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História (São Paulo)**, v. 30, n. 2, p. 349-371, 2011.

DE ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ELLIOTT, J. H. A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII. In: BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina: **América Latina colonial**. v. 2. São Paulo: Edusp, 1997. p. 119-148.

GALVÃO, Eduardo. O cavalo na América indígena: nota prévia a um estudo de mudança cultural. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 14, p. 222-232, 1963.

GERARDO, Pérez; ROSELLY, Diana. Mito, guerra y utopía: formas de resistência indígena en la América colonial. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/81924>. Acesso em: 10 nov. 2024.

GIARD, Luce. Epilogue: Michel de Certeau's Heterology and the New World. **Representations, Oakland**, n. 33, p. 212-221, 1991.

HERBERTS, Ana Lucia. História dos Mbayá-guaicuru: panorama geral. **Fronteiras**, Dourados, v. 2, n. 4, p. 39-76, 1998.

HERZOG, Tamar. **Frontiers of possession**: Spain and Portugal in Europe and the Americas. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português: revisão de alguns envios correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 163-188.

INOCENCIO, Bruno Felipe Ferreira. “**El infierno de los verbales**”: encomienda e trabalho indígena no Paraguai colonial (1600-1632). 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

LANGFUR, Hal. Frontier/Fronteira: a transnational reframing of Brazil's inland colonization. **History Compass**, Hoboken, v. 12, n. 11, p. 843-852, 2014.

OLARTE, Mauricio. Las máquinas del império y el reino de Dios: reflexiones sobre ciência, tecnologia y religion en el mundo atlântico del siglo XVI. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2013. PALOMEQUE, Silvia. El mundo indígena (siglos XVI-XVIII). In: **Nueva Historia Argentina**. v. 2. Buenos Aires: Sudamericana, 2000. p. 86-143.

PERUSSET, Macarena. Elementos para pensar la agencia indígena: actores, contextos y procesos de cambio entre los grupos guaraníes (siglo XVII). **Anthropologica**, Lima, v. 33, n. 34, p. 227-247, 2015.

PERUSSET, Macarena. Reglamentación jurídica vs. usos y costumbres en el Paraguay colonial temprano. **Antíteses**, Londrina, v. 2, n. 4, p. 991-1010, 2009.

PROCESO de oficio de la Real Justicia a varios indios por asaltos y crímenes cometidos a los vecinos encomenderos en el pueblo de Curucaen, 1592. **Archivo Nacional de Asunción**. Sección Civil y Judicial, vol. 1451, n. 2.

RESTALL, Matthew. **Sete mitos da conquista espanhola**. Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ROULET, Florencia. **La resistencia de los guaraní del Paraguay a la conquista española (1537-1556)**. Asunción: Editorial Universitaria, 1993.

ROULET, Florencia. Violencia indígena en el Río de la Plata durante el período colonial temprano: un intento de explicación. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/72984>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SANTOS, Eduardo Natalino dos. As conquistas de México-Tenochtitlan e da Nova Espanha: guerras e alianças entre castelhanos, mexicas e tlaxcaltecas. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 18, n. 2, p. 218-232, 2014.

SCHMÍDEL, Ulrich. **Viaje al Río de la Plata (1534-1554)**. [S. l.]: Epublibre, 2017. Disponível em: <https://archive.org/details/schmidel-ulrich.-viaje-al-rio-de-la-plata-1534-1554-1599-2017>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SPÓSITO, Fernanda. **Santos, heróis ou demônios? Sobre as relações entre índios, jesuítas e colonizadores na América Meridional (São Paulo e Paraguai/Rio da Prata, séculos XVI-XVII)**. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SPÓSITO, Fernanda; VILARDAGA, José Carlos. Fronteiras nas Américas: alianças, identidades e conflitos (séculos XVI a XVIII). In: CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge; FERNANDES, Luiz Estevam; MARTINS, Maria Cristina (Org.). **As Américas na primeira modernidade (1492-1750)**. v. 2. Curitiba: **Prismas**, 2018. p. 15-42.

STERN, Steve. Paradigmas de la conquista: historia, historiografía y política. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani**, Buenos Aires, v. 3, n. 6, p. 7-39, 1992.

SUSNIK, Branislava. **El indio colonial del Paraguay. v. 3**. Asunción: Museo Etnográfico "Andrés Barbero", 1971.

SUSNIK, Branislava. **Los aborígenes del Paraguay**: etnohistoria de los chaqueños. Asunción: Museo Etnográfico "Andrés Barbero", 1981.

SUSNIK, Branislava. **Los aborígenes del Paraguay**: etnología del Chaco Boreal y su periferia. Asunción: Museo Etnográfico "Andrés Barbero", 1978.



TORRES, Diego de. Carta Anua de 15 de Febrero a 10 de Mayo de 1612. In: **Documentos para la Historia Argentina**. t. 19. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 1927. p. 481-545.

VILARDAGA, José Carlos. Fronteiras instáveis e alianças cambiantes: a ocupação colonial do Guairá e as relações entre Villa Rica del Espiritu Santo e São Paulo de Piratininga entre os séculos XVI e XVII. **Revista de Indias**, Madrid, v. 79, n. 277, p. 659-695, 2019

